

MOÇÃO

PELA DEFESA DOS CTT

Em todo o país a população continua a sofrer as consequências da decisão do governo PSD/CDS-PP de privatizar os CTT em julho de 2013.

Durante décadas, os CTT para além de entregarem todos os anos ao Estado mais de 30 milhões de euros como dividendos, asseguraram obrigações de serviço universal como “a distribuição domiciliária de correio, pelo menos uma vez por dia, todos os dias úteis”. Agora o atraso na entrega da correspondência passou a ser norma.

O que aconteceu aos CTT depois da entrega a privados é uma história que se repete, sempre que se desmantelaram os serviços públicos. Foram alienados os principais edifícios, que eram propriedade do Estado português. Só na venda da sede nacional, os novos donos dos CTT encaixaram 25 milhões de euros.

E em vez de exercerem a atividade essencial ligada aos serviços postais, muitas estações dos CTT foram encerradas e outras transformadas numa espécie de quiosque, em que os trabalhadores são pressionados a vender livros, jogos de azar e outros produtos.

Os novos donos dos CTT focaram-se na criação de um banco para conceder crédito ao consumo e após terem forçado milhares de trabalhadores a sair da empresa, empurraram para as juntas de freguesia ou para estabelecimentos comerciais a atividade postal de receção e distribuição de cartas e encomendas.

Para os acionistas, o negócio está a correr bem. O resultado líquido de 2021 atribuível a detentores de capital foi de 38 milhões de euros, mais 21 milhões que em 2020, e aos acionistas vai ser atribuindo este ano mais um dividendo por Ação.

Mas para as pessoas, a privatização dos CTT tem sido um desastre social e económico. Recebem com atraso os vales postais com as suas pensões e contas para pagar já fora do prazo. Os donos dos CTT diminuem os gastos com pessoal na área do correio. Não são contratados os carteiros que fazem falta para um serviço de qualidade. Só na região Norte são necessários mais 200 profissionais, alertam os sindicatos.

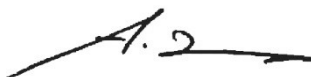
Pelo exposto, a Assembleia Municipal, reunida a 30 de junho de 2022, deliberou:

- 1 - Expressar a sua indignação pela contínua degradação do serviço de correios prestado pela empresa CTT, entregue a privados em 2013 e com concessão renovada até 2028;
- 2 - Reclamar dos órgãos do poder a adoção de medidas que garantam a adequada satisfação das necessidades das populações em matéria de serviços postais.

Mais se aprovou a presente Moção em minuta, para imediata produção de efeitos, e o seu envio para:

- Presidente da República
- Primeiro-Ministro
- Grupos Parlamentares da Assembleia da República;
- Câmara Municipal
- Juntas de Freguesia do concelho
- Assembleias de Freguesia do concelho
- Comunicação social local e nacional

Assembleia Municipal da Moita
O Presidente da Assembleia Municipal



António Duro

Aprovada por maioria com vinte e oito votos a favor, sendo catorze do PS, dez da CDU, dois do BE, um do PSD, um do CDS; dois votos contra, sendo um do independente Bruno Mendes, um do independente João Gaspar, na 2ª Reunião da Sessão Ordinária de 30 de junho de 2022, realizada no dia 5 de julho de 2022.